

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXIX nº 1632 | 08/05/2025

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

RETOMADA

CADEC FORTE, PRODUTOR ATENDIDO



Sistema FAEP está elaborando ações específicas para fortalecer as comissões de avicultura e suinocultura do Paraná, na busca pelo atendimento das demandas dos pecuaristas

Aos leitores

A Lei da Integração (Lei 13.288/2016) representou um divisor de águas na avicultura e na suinocultura do Brasil, principalmente no Paraná. Desde que passou a vigorar, há nove anos, a legislação definiu de forma clara os direitos e deveres de produtores rurais e das agroindústrias. E não foi só isso: o marco legal instituiu as Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs), que funcionam como fóruns formados por produtores e representantes das integradoras, com o objetivo de estabelecer consenso e harmonia na relação entre ambos.

Exemplos de conquistas obtidas a partir das Cadecs não faltam. As demandas atendidas vão desde aspectos operacionais a reajustes nos valores recebidos pelos avicultores e suinocultores. Ao trazer equilíbrio entre as partes, a Lei da Integração também proporcionou condições para que as atividades crescessem em todo o Paraná. Tudo isso fez com que o trabalho realizado no Estado servisse de referência ao país.

Na pandemia do coronavírus, no entanto, algumas comissões perderam o fôlego. O Sistema FAEP tem ido a campo para fazer um diagnóstico preciso das condições de todas as 30 Cadecs em atividade no Paraná. A partir disso, a entidade vai estabelecer ações específicas, voltadas a apoiar cada um desses fóruns. O objetivo é que as comissões sejam fortalecidas e que os avicultores e suinocultores integrados possam ter, cada vez mais, suas demandas atendidas.

Boa leitura!

Expediente

• **FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná**
Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Ivonir Lodi, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldato, Lisiane Rocha Czech, Ágide Eduardo Perin Meneguette e Nelson Gafuri | **Diretores-Secretários:** Livaldo Gemin e Ivo Pierin Júnior | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior e Mar Sakashita | **Conselho Fiscal:** Aristeu Kazuyuki Sakamoto, Sebastião Olímpio Santoroza e Walter Ferreira Lima | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Rodolpho Luiz Werneck Botelho, Eduardo Medeiros Gomes e Cezar Augusto Massaretto Bronzel.

• **SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR**
Conselho Administrativo | **Presidente:** Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Rosanne Curi Zarattini (SENAR/AC), Nelson Costa (Ocepar), Darci Piana (Fecomercio) e Alexandre Leal dos Santos (Fetaep) | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza (FAEP), Paulo José Buso Júnior (SENAR/AC) e Carlos Alberto Gabiatto (Fetaep) | **Superintendente:** Pedro Carlos Carmona Gallego.

• **BOLETIM INFORMATIVO**
Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal
Projeto Gráfico e Diagramação: Fernando Santos, Helio Lacerda e William Goldbach
Colaboração: Larissa Rubiane de Assis
Contato: imprensa@faep.com.br

Publicação quinzenal editada pela Coordenação de Comunicação Social do Sistema FAEP. Permitida a reprodução total ou parcial, citando a fonte.

Fotos da Edição 1632:
Fernando Santos, William Goldbach, Hélio Lacerda, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE



REPRESENTAÇÃO

Força-tarefa do Sistema FAEP faz diagnóstico para aperfeiçoar atuação das Cadecs de aves e suínos no Paraná

PÁG. 4

VAZIO SANITÁRIO

Mapa divulga calendário escalonado por região para lavouras ficarem sem soja no Estado

Pág. 3

CARGA HORÁRIA

Fim da escala 6x1 tem potencial de pressionar custos de produção e aumentar o preço dos alimentos

Pág. 12

LEÃO

Produtores rurais pessoas físicas devem declarar imposto de renda até 30 de maio

Pág. 16

SANIDADE

Prazo para atualização de rebanhos de todos os tipos de animais na Adapar vai até 30 de junho

Pág. 18

LÁCTEOS

Prêmio Queijos do Paraná 2025 encerra inscrições com número recorde de participantes

Pág. 20

SANIDADE

Vazio sanitário da soja no Paraná começa em junho

Medida combate a ferrugem asiática. Calendário com os períodos de semeadura da oleaginosa também está disponível

Confira o período de vazio sanitário e a data-limite para semeadura da soja



Região 1

Vazio sanitário:
21/06 a 19/09/2025
Semeadura:
20/09/2025 a 20/01/2026

Região 2

Vazio sanitário:
02/06 a 31/08/2025
Semeadura:
01/09 a 31/12/2025

Região 3

Vazio sanitário:
12/06 a 10/09/2025
Semeadura:
11/09/2025 a 10/01/2026

Fonte: Mapa | Elaboração: Sistema FAEP

No final de abril, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) publicou a Portaria 1.271 com as datas dos períodos de vazio sanitário e o calendário de semeadura de soja referentes à safra 2025/26 para o Brasil. No Paraná, desde a safra 2023/24, o Estado foi segmentado em três regiões, com diferentes períodos para vazio sanitário e semeadura (veja o gráfico acima).

O vazio sanitário compreende o período de 90 dias corridos, durante o qual é proibido manter planta viva da oleaginosa em campo. A medida tem como objetivo combater a ferrugem asiática, doença causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi*, capaz de comprometer em até 90% a produção da soja. Sem plantas vivas em campo, o ciclo de vida do fungo é interrompido, reduzindo a incidência da doença.

Em novembro de 2024, o Sistema FAEP promoveu um fórum técnico com objetivo de discutir a calendarização do vazio sanitário e da semeadura da soja no Paraná com os produtores rurais e cooperativas. O evento foi realizado em parceria com a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (Seab), o Sistema Ocepar e o Mapa.

“Neste fórum, a classe produtora e os órgãos de controle estabeleceram, em consenso, as datas, sempre pautados pelas pesquisas científicas, mas sem esquecer as particularidades produtivas de cada região do Paraná”, aponta o presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette. “A proposta conciliada neste fórum já está presente nesta portaria do Mapa. Todos esses períodos e regiões para controle da ferrugem foram aprovados junto à Adapar, que é órgão responsável por encaminhar a sugestão anual ao Mapa. A pesquisa orienta que, durante este período de 90 dias, não pode haver planta viva de soja. Com isso temos menos inóculos da doença. Já o calendário de semeadura, em torno de 120 dias, visa reduzir o número de aplicações de fungicidas para retardar a resistência da praga”, detalha Ana Paula Kowalski, técnica do Departamento Técnico e Econômico (DTE) do Sistema FAEP.

A fiscalização do cumprimento dos períodos de vazio sanitário e do plantio da soja fica a cargo da Adapar. Além de comprometer a sanidade da lavoura, o agricultor que não respeitar as datas estabelecidas pode ser multado pelo órgão fiscalizador.

Com apoio personalizado, Sistema FAEP projeta fortalecimento das Cadecs

Entidade iniciou série de reuniões técnicas com produtores que coordenam e/ou integram comissões no Paraná, para desenvolver estratégias específicas

O Sistema FAEP deu início a uma ampla iniciativa de apoio às Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs) em todo o Paraná. A entidade deflagrou um levantamento de diagnóstico das condições de funcionamento das 23 comissões em atividade em integradoras da avicultura e nas sete da suinocultura. A partir disso, o Sistema FAEP vai propor ações de apoio personalizadas, de acordo com a realidade individual de cada integração. O objetivo é aperfeiçoar a atuação dos produtores nesses colegiados, fortalecendo sua participação.

As Cadecs foram instituídas a partir da Lei da Integração (Lei 13.288/2016), sancionada em maio de 2016. Formada por representantes das integradoras e dos produtores rurais, as comissões têm por objetivo ser um instrumento de criação de consenso, transparência e equidade entre as partes. A intenção da lei é que esses fóruns contribuam para estabelecer uma relação justa entre os avicultores e suinocultores integrados com as respectivas agroindústrias.

“A Lei da Integração promoveu um avanço na relação entre produtores e indústrias, por meio das Cadecs. Agora,

precisamos avançar para que essas comissões cumpram sua função de trazer equilíbrio. Por isso, como entidade, vamos apoiar os avicultores e suinocultores que participam desses fóruns, para que obtenham êxito em suas demandas”, afirma o presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette.

No início de março, o Sistema FAEP começou uma série de viagens de campo, com o objetivo de promover reuniões individualizadas com representantes de cada uma das Cadecs do Paraná. Nesses encontros, os técnicos do Departamento Técnico e Econômico (DTE) da entidade traçam um diagnóstico preciso de como está a atuação de cada comissão e das demandas locais específicas.

Até agora, os resultados têm sido diversos. Há casos de comissões funcionando de forma harmoniosa e equilibrada, com os produtores tendo suas reivindicações atendidas pela agroindústria. Na maioria dos casos, no entanto, é preciso avançar. Em algumas unidades integradoras, as empresas têm tido uma força maior, fazendo prevalecer sua vontade. Há episódios em que as agroindústrias sequer aceitam as planilhas de custos de produção apresentadas pelos avicultores e suinocultores.

“As realidades são bem diferentes. Temos algumas Cadecs com boa relação com as integradoras. Outras não. Esse diagnóstico é importante para estruturarmos ações”, aponta Fábio Ferreira Figueroa, técnico do DTE do Sistema FAEP. “Os produtores têm demonstrado bastante comprometimento nas reuniões que fizemos. Eles estão confiantes e acreditam que o Sistema FAEP, a partir dessa ação, vai ajudá-los a melhorar suas atuações no âmbito das Cadecs”, acrescenta.

“A Lei da Integração promoveu um avanço na relação entre produtores e indústrias. Vamos apoiar os avicultores e suinocultores que participam desses fóruns, para que obtenham êxito em suas demandas”

Ágide Eduardo Meneguette,
presidente interino do Sistema FAEP



Em uma das visitas recentes, Sistema FAEP se reuniu com membros da Cadec de frangos de corte de Toledo



Formação de instrutores do Sistema FAEP para Cadecs em 2018

Em 2021, a revista **Boletim Informativo** 1537 fez uma reportagem especial trazendo uma análise dos cinco anos (na época) da criação da Lei da Integração. Relembre o material acessando o QR Code ao lado.

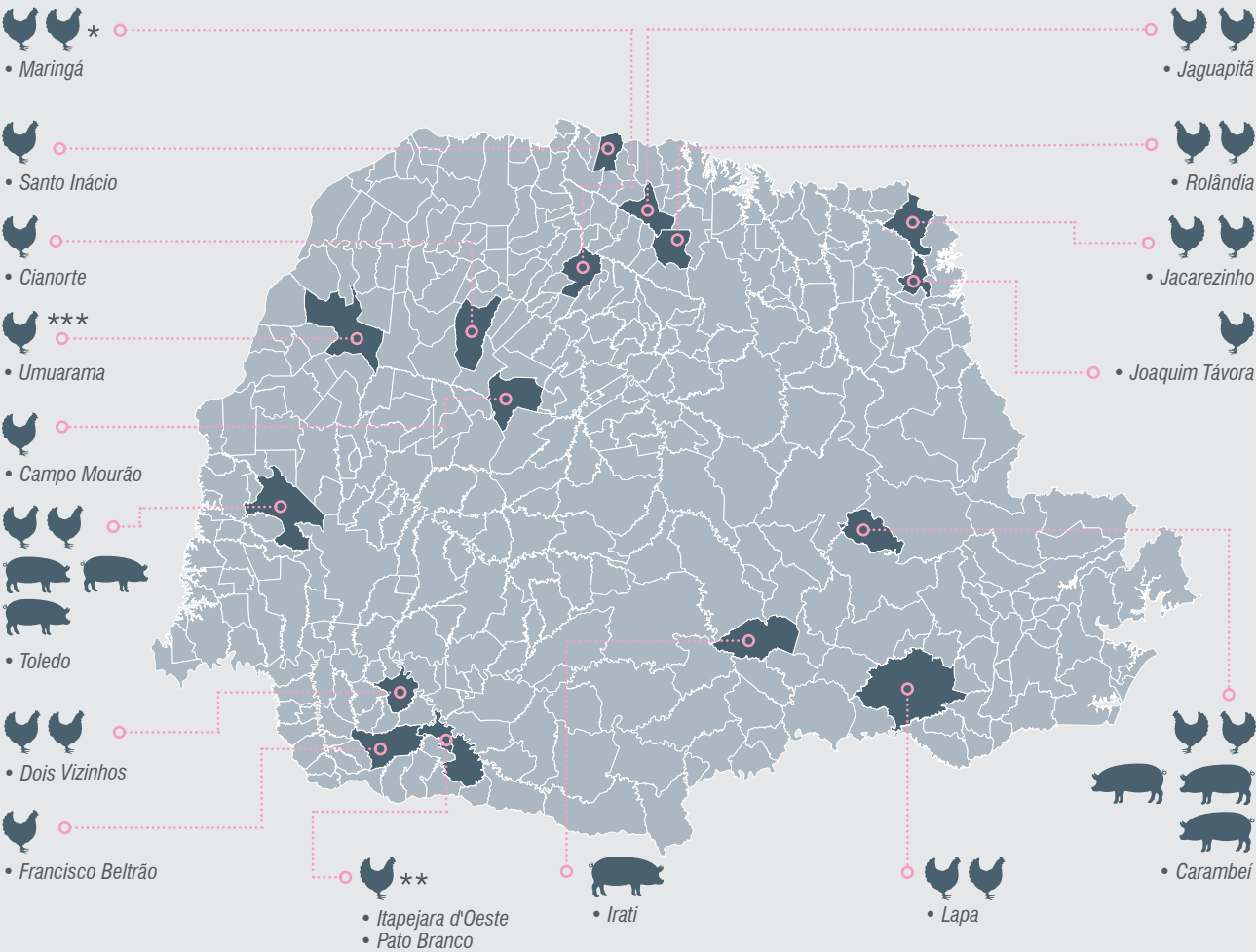


O que são Cadecs?

Instituídas a partir da Lei da Integração (Lei 13.288/2016), as Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração são formadas por representantes dos produtores rurais e por representantes das agroindústrias, funcionando como um fórum em busca de consenso. Cada unidade integradora deve ter sua própria comissão. Embora não tenham poder legal de decisão, seus acordos são registrados em atas e ajudam a prevenir práticas abusivas ou desequilibradas no mercado.

Cadecs no Paraná

Confira onde estão localizadas as unidades produtivas de cada Cadec



* Uma única Cadec atende às unidades produtivas nos municípios de Maringá, Paraíso do Norte, Paranavaí e Terra Boa;
** Uma única Cadec atende às unidades produtivas nos municípios de Itaipava d'Oeste e Pato Branco;
*** Uma única Cadec atende às unidades produtivas nos municípios de Umuarama e Iporã.
Fonte: Sistema FAEP

Legenda:



Cadec de avicultura
(abate, matriz, recria)



Cadec de suinocultura
(crechário, UPL, UPD
e terminação)

30

Este é o número de Cadecs no Paraná, sendo 23 de avicultura e sete de suinocultura

Avanços

No Paraná, as primeiras comissões foram formadas ainda em 2016, logo após a sanção da Lei da Integração. As normas de distanciamento social impostas pela pandemia do novo coronavírus, no entanto, acabaram afetando o funcionamento de algumas dessas Cadecs. Desde então, produtores de algumas integrações têm tido dificuldade em retomar o ritmo e a organização que havia antes da pandemia. O foco do Sistema FAEP, agora, é ir além. Com o apoio individualizado, a expectativa é de que os produtores consigam melhorar os resultados nas negociações com as agroindústrias.

“A partir desse diagnóstico, vamos definir ações pontuais, voltadas a cada uma dessas comissões”, diz o gerente do DTE, Jeffrey Albers. “É um esforço da instituição para reaproximar os produtores das Cadecs, porque esses fóruns são fundamentais para o desenvolvimento da cadeia produtiva. Uma Cadec em pleno funcionamento significa que a atividade está se desenvolvendo de forma igualitária e harmoniosa naquela integração”, acrescenta.

Além disso, o Sistema FAEP continua ofertando cursos desenvolvidos especificamente para capacitar produtores que participam de Cadecs. Os títulos foram criados em 2017, a partir de um diagnóstico de que os membros das comissões precisavam de instrumentais técnicos para negociar de igual para igual com as agroindústrias. Estão disponíveis três módulos, que podem ser cursados de forma independente: noções jurídicas, técnicas de negociação e condução de reuniões.

“Logo no início, percebemos essa necessidade de capacitar os produtores para participar das Cadecs. Os representantes das agroindústrias são funcionários especializados, nas mais diversas competências. Nós precisávamos acompanhar isso”, diz Ruan Schwertner, do Departamento Jurídico do Sistema FAEP. “Essa capacitação proporcionou aos produtores um conhecimento aprofundado sobre a lei, sobre seus direitos e deveres no âmbito da Cadec, além de prepará-los para as negociações”, avalia.

ATUALIZAÇÃO



Sistema FAEP atua desde antes da criação da lei

Apresentada em 2011, pela então senadora Ana Amélia (PP/RS), a Lei de Integração foi aprovada no Senado, mas passou a tramitar de forma muito lenta da Câmara dos Deputados. Só a partir de uma ampla mobilização do setor produtivo, com atuação intensa do Sistema FAEP e de outras 84 entidades, é que o projeto caminhou. Depois de cinco anos, a proposição foi, enfim, aprovada e sancionada em maio de 2016. As entidades também contribuíram com a redação final da lei, por meio de emendas ao projeto, com ampla interlocução com parlamentares.

A partir da criação da lei, o Sistema FAEP desenvolveu um trabalho para disseminar as Cadecs em todo o Paraná. Técnicos da entidade visitaram cada polo produtivo, promovendo reuniões, incentivando a organização de produtores e visando instituir comissões em cada integração. A mobilização desse grupo de trabalho teve resultados imediatos, que culminaram na criação das primeiras Cadecs do Paraná.

“Houve uma ampla mobilização nas regiões produtivas. Além disso, passamos a prestar assessoramento para as comissões, com debates sobre os contratos de integração, que deveriam respeitar a lei recém-criada. O Sistema FAEP acompanhou e deu suporte a todo esse processo”, destaca Ágide Eduardo Meneguette, presidente interino do Sistema FAEP.

Não à toa, o Paraná é o Estado com o maior número de Cadecs instituídas. Para fomentar a troca de informações entre todas as comissões, o Sistema FAEP foi além e criou o Núcleo de Cadecs, que funciona como um fórum em que coordenadores e membros de comissões locais podem compartilhar informações e experiências. Todo o trabalho desenvolvido no Paraná serve de referência nacional. Foi a partir do exemplo paranaense que a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) desenvolveu o programa Cadec Brasil, que reúne membros de comissões de todo o país.

“Chegou o momento em que o Sistema FAEP entendeu que precisaria ter um fórum entre as comissões. Nasceu, então, o Núcleo de Cadecs, que também disponibiliza assessoria técnica, jurídica e econômica às comissões. Toda essa mobilização estadual puxada pelo Sistema FAEP teve destaque nacional, servindo de exemplo para todo o país”, apontou Jeffrey Albers, gerente do DTE do Sistema FAEP.

Conquistas

Toda essa estruturação implica resultados práticos. Há inúmeros casos de produtores que tiveram suas demandas atendidas pelas agroindústrias a partir das negociações feitas no âmbito das Cadecs. Essas conquistas são as mais variadas: desde processos produtivos na integração até aumentos efetivos da remuneração paga aos pecuaristas.

Schwertner traz outros exemplos de como as Cadecs podem proteger a atividade em momentos de crise. Em 2018, por exemplo, a Polícia Federal deflagrou a Operação Trapaça, em que cumpriu mandados de prisão preventiva contra ex-executivos da BRF. As investigações provocaram impacto nas atividades da megaindústria, que precisou paralisar temporariamente os abates. As Cadecs foram determinantes para que os avicultores não ficassem no prejuízo.

“Como instrumento de gestão coletiva, a Cadec possibilitou amenizar as eventuais perdas dos produtores. Eles foram indenizados pela agroindústria pelo período em que os galpões ficariam ociosos. Sem as comissões, eles amargariam perdas que provavelmente os tirariam da atividade”, avalia o técnico do Departamento Jurídico do Sistema FAEP.

Há 36 anos trabalhando na atividade, o suinocultor Volmir Colombo atesta a importância das comissões. Dono de propriedade rural localizada em Medianeira, na região Oeste, ele se dedica à produção integrada de leitões, com galpões com capacidade de alojar 670 fêmeas. Meses atrás, os produtores vinculados à Cadec da região tinham um problema: às vezes, algumas matrizes sofriam ferimentos ao serem descarregadas nas granjas. Caso elas viessem a morrer, os produtores eram penalizados. Por meio das negociações no âmbito da Cadec, os produtores conseguiram evitar cobranças, a partir da documentação dos incidentes ocorridos na descarga dos animais.

“Agora, nosso foco é lutar por preços mais justos. Sabemos que o mercado está aquecido. Com os custos de produção, nossa remuneração está defasada. Hoje, temos nos reunido para ter uma nova planilha de custos, com auxílio do Sistema FAEP”, diz Colombo. “A Cadec é um importante órgão para melhoria das condições para os produtores. Não adianta nós, produtores, ficarmos apenas reclamando da situação. Vale a pena participar da luta pelos direitos da classe. E essas reivindicações dão bons resultados”, garante.

“Muito da nossa evolução [do Santa Honesta] é da segurança proporcionada pela Lei da Integração, que trouxe regras claras e garantias”

Carlos Eduardo Maia,
avicultor e coordenador da Cadec da região



Pai e filho, Carlos e Carlos Eduardo Maia vistoriam ampliação do Núcleo Aviário Santa Honesta

Lei da Integração garante segurança para produtores investirem

Há nove anos — em 30 de abril de 2016 —, o Núcleo Aviário Santa Honesta, localizado em São João do Caiuá, Noroeste do Estado, começou a alojar suas primeiras aves em sistema de integração. Com investimentos contínuos e gestão equilibrada, o negócio cresceu ano a ano. A propriedade, que hoje tem 17 barracões com capacidade de manter 740 mil aves, está passando por um processo de expansão. Com investimentos da ordem de R\$ 22 milhões, o Santa Honesta terá mais quatro galpões matrizeiros que devem produzir 12 milhões de ovos férteis por ano.

O aviário pertence à família Maia. Um de seus administradores, o avicultor Carlos Eduardo Maia, é fundador e coordenador em terceiro mandato da Cadec da região. Ele destaca que a Lei da Integração trouxe segurança aos produtores e equilíbrio na relação com as integradoras. Isso foi decisivo para que a família fizesse investimentos.

“Muito da nossa evolução [do Santa Honesta] vem da segurança proporcionada pela Lei da Integração, que trouxe regras claras e garantias. Com o capital que temos investido, precisamos disso. Sem essas garantias, se der alguma zebra, estamos mortos”, diz Maia. “A gente nota que muitos produtores estão querendo ampliar seus aviários, outros querem entrar na atividade, em razão dessa tranquilidade que a Cadec traz”, observa.

Maia avalia que a efetividade da comissão depende muito do perfil de seus membros. Por isso, é preciso

que os produtores-membros se preparem, estudando a legislação e desenvolvendo habilidades de negociação. Nesse sentido, ele destaca que é preciso ter na ponta do lápis todos os dados da atividade, incluindo custos de produção e informações conjunturais.

“É preciso saber reivindicar, senão fica uma cobrança vazia. Tem que ter os dados em mãos. Quando apresentar a demanda à indústria, você já expõe os números e mostra como isso impacta no fluxo financeiro dos aviários”, ensina Maia. “No nosso caso, a gente tem uma equipe boa de levantamento de dados, que vão nos subsidiar nas reuniões”, acrescenta.

Tão importante quanto a preparação, é a disposição para negociação. Segundo Maia, não se trata de estabelecer uma queda de braço com a indústria, mas de criar um ambiente harmonioso, em que ambas as partes possam se ouvir, com vistas a chegar a um consenso. Dessa forma, os produtores conseguiram vitórias, da inclusão do seguro dos aviários nos custos de produção até a solução de problemas em áreas de transição e biossegurança. Isso sem falar em reajustes constantes na remuneração, de acordo com a variação dos custos de produção.

“Desde o início da Cadec, sempre tivemos um bom relacionamento com a indústria, sempre com muito diálogo. Nunca houve exaltação de nenhum lado, sempre com cada parte não vendo só o próprio lado, mas também enxergando o lado do outro”, aponta Maia. “O segredo não é só afagar o produtor e bater na indústria, e vice-versa. É diálogo e entendimento, para que a atividade cresça como um todo”, conclui.

SISTEMA FAEP NO TRECHO

JUNTO DO PRODUTOR E DO SINDICATO RURAL

Com objetivo de conhecer mais de perto a realidade dos sindicatos rurais do Paraná, o Sistema FAEP promoveu, em abril, a primeira etapa do projeto “Sistema FAEP no Trecho”. Ao longo de uma semana, uma comitiva liderada pelo presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette, percorreu sindicatos rurais para conhecer as demandas de cada região, receber sugestões e estreitar os laços da família do campo com a entidade responsável por defender os interesses dos produtores rurais paranaenses.

Na segunda parte da viagem, a comitiva visitou os sindicatos rurais de Congonhinhas, Ribeirão do Pinhal, Abatiá, Santa Mariana e Cornélio Procópio. Acompanhe nas próximas edições da revista **Boletim Informativo** novos registros do “Sistema FAEP no Trecho”.



Reunião com a diretoria do Sindicato Rural de Congonhinhas



Reunião realizada em Abatiá



Diretores e colaboradores do Sindicato Rural de Abatiá



Troca de experiências deu a tônica da reunião em Congonhinhas



Encontro realizado no Sindicato Rural de Santa Mariana



Diálogo marcou reunião em Santa Mariana



Ágide Eduardo Meneguette e o presidente do SR de Ribeirão do Pinhal



Equipe do Sistema FAEP foi recebida com café em Ribeirão do Pinhal



Em Cornélio Procópio, equipe do Sistema FAEP visitou o sindicato rural



Cornélio Procópio encerrou essa rodada do “Sistema FAEP no Trecho”

Sistema FAEP alerta para impactos do fim da escala de trabalho 6x1

Possível mudança tem potencial de provocar aumento nos custos de produção e, consequentemente, inflação nos preços dos alimentos

O Sistema FAEP alerta que o possível fim da escala de trabalho 6x1 tem potencial de pressionar os custos de produção no meio rural e gerar aumento da inflação nos alimentos no Brasil. A mudança tem sido cogitada por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que propõe redução na jornada de trabalho de 44 horas para 36 horas semanais. A mudança desconsidera os impactos negativos ao setor produtivo, com possíveis reflexos a sociedade.

Conforme levantamento do Sistema FAEP, a adoção dessa escala menor de trabalho obrigaria o produtor rural a contratar mais trabalhadores para desempenhar as mesmas atividades. Em razão disso, haveria o aumento dos custos de produção, impactando diretamente na competitividade dos produtos agropecuários.

“O aumento nos custos de produção vai se irradiar a toda a sociedade e pressionar a inflação. Algumas cadeias já estão com preços defasados e esse seria mais um elemento para colocar nessa conta. Justamente por não ser uma equação simples, esse tema precisa ser amplamente debatido, envolvendo os setores produtivos, que serão impactados diretamente”, adverte Ágide Eduardo Meneguette, presidente interino do Sistema FAEP.

Outro ponto fundamental nesse debate, conforme Meneguette, é a escassez de mão de obra no campo. “A agropecuária paranaense já emprega



diretamente mais de 115 mil pessoas. Hoje, o produtor rural paranaense, mesmo pagando o maior piso salarial do Brasil, enfrenta dificuldades em encontrar mão de obra”, ressalta o dirigente.

A PEC

De autoria da deputada federal Erika Hilton, a PEC visa alterar a redação do inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho de 44 para 36 horas semanais, com escala de quatro dias por semana.

No Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece que funcionários não podem trabalhar mais de 8 horas por dia ou 44 horas por semana — com possibilidade de duas horas extras por dia, mediante acordo trabalhista.

A lei não estipula como essas horas semanais são divididas ao longo dos dias. Assim, as empresas podem definir a escala como quiserem. A escala mais comum é a 5x2, com cinco dias trabalhados e dois de folga. Mas no comércio, por exemplo, uma das escalas mais usuais é a 6x1, com seis dias trabalhados para um dia de folga.



Homenagem a Marco Antonio Geraix

No dia 28 de março, o Sindicato Rural de Cornélio Procópio realizou uma homenagem ao ex-presidente Marco Antonio Geraix. Eleito para comandar a entidade em 2019 e reeleito em 2022, Geraix faleceu em junho de 2023, antes de concluir sua segunda gestão. A cerimônia destacou o legado deixado à comunidade agropecuária local, marcado pelo comprometimento, liderança e atuação incansável em defesa dos produtores rurais.



Conselheiros do Sebrae

O presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette, participou do Encontro Nacional de Conselheiros e Conselheiras do Sistema Sebrae, realizado no dia 28 de abril, em Brasília. O evento teve como foco o fortalecimento do compromisso com o empreendedorismo, a inovação e a geração de oportunidades, além de promover debates sobre eficiência, governança, ética e transformação digital. Atualmente, Meneguette representa o Sistema FAEP no Conselho Executivo do Sebrae-PR.



CEMF na Agrishow

A coordenadora estadual da Comissão Estadual de Mulheres da FAEP (CEMF), Lisiane Rocha Gzech, e a coordenadora técnica, Kelli Cardoso, representaram o colegiado na Agrishow 2025, uma das maiores feiras de tecnologia agrícola do mundo, realizada entre os dias 28 de abril e 2 de maio, em Ribeirão Preto, em São Paulo. Na foto, as representantes da CEMF aparecem ao lado do presidente da Agrishow, João Carlos Marchesan, destacando o diálogo institucional e o reconhecimento da liderança feminina no setor. A participação na feira reforça o compromisso da CEMF e do Sistema FAEP com a valorização da liderança feminina no campo e com a busca por inovações que ampliem a atuação dos produtores rurais.



Prêmio Mais Influentes do Agronegócio 2025

A Comissão Estadual de Mulheres da FAEP (CEMF) teve duas representantes entre os vencedores do Prêmio 100 Mais Influentes do Agronegócio 2025: Lisiane Rocha Gzech, coordenadora estadual, e Carla Rossato, integrante da comissão local de Sertãozinho. Promovida pela Agro World e Grupo Mídia, a premiação reconhece lideranças que impulsionaram o setor no último ano. A cerimônia ocorreu em 29 de abril, em Ribeirão Preto, durante a Agrishow 2025.

The Boston Post

EXTRA

QUINTA-FEIRA, 16 DE JANEIRO DE 1919

A GRANDE ENCHENTE DE MELAÇO EM BOSTON

NEGLIGÊNCIA DE UMA DESTILARIA PROVOCOU VAZAMENTO DE 12 MIL TONELADAS DA SUBSTÂNCIA, DEIXANDO 21 MORTOS E MAIS DE 150 FERIDOS

No dia 15 de janeiro de 1919, um evento tão incomum quanto trágico marcou a cidade de Boston, nos Estados Unidos. O bairro residencial de North End foi tomado por uma enxurrada pegajosa de 12 mil toneladas de melaço de cana, quando um gigantesco tanque de armazenamento se rompeu repentinamente. A estrutura, com 15 metros de altura, 27 de diâmetro e capacidade de 8,7 mil metros cúbicos, liberou uma onda que atingiu as ruas a uma velocidade estimada de 56 km/h. O desastre deixou 21 mortos e mais de 150 feridos.

O tanque pertencia à Purity Distilling Company, uma destilaria que utilizava o melaço na produção de álcool. No entanto, sua construção havia sido comprometida por cortes de custos: o aço continha pouco manganês, tornando-o frágil, e as paredes eram finas demais para suportar a pressão. Dizem que havia tantas rachaduras que o melaço escorria pelas paredes do tanque, a ponto de moradores conseguirem encher garrafas com o que vazava. Para disfarçar o problema, a empresa chegou a pintar o tanque de marrom.

O dia da tragédia estava anormalmente quente para o inverno de Boston. Depois de dias de temperaturas congelantes de -17°C, os termômetros subiram para 4°C. Esse aquecimento fez o melaço



congelado dentro do tanque derreter e expandir. Para piorar, na véspera, a destilaria havia despejado mais uma carga do produto aquecido, aumentando ainda mais a pressão interna. Além disso, o melaço em fermentação liberava gás carbônico, intensificando o risco de explosão.

Na hora do almoço do fatídico dia, o inevitável aconteceu. O tanque explodiu com um estrondo que fez o chão tremer. Em segundos, uma onda espessa e pegajosa, com até três metros de altura (segundo algumas fontes, chegou até oito metros em alguns pontos) varreu as ruas. O melaço arrastou carros, destruiu edifícios, derrubou vigas da linha elevada do trem e até descarrilou um vagão.

As vítimas foram esmagadas ou sufocadas pelo líquido viscoso. Teste-

munhas relataram que a explosão soou como um disparo de canhão, seguido por gritos de desespero. Cavalos e outros animais também ficaram presos na substância grudenta, que parecia areia movediça, e não conseguiram escapar.

O resgate foi extremamente difícil. O melaço cobriu vários quarteirões, chegando a quase um metro de profundidade. Com o frio, endureceu rapidamente, tornando o socorro ainda mais complicado. Foram usadas grandes quantidades de água salgada e areia para dissolver a substância, mas os efeitos do desastre se prolongaram: até a baía de Boston ficou tingida de marrom por um longo tempo. O prejuízo foi estimado em cerca de 100 milhões de dólares.



A tragédia deu início a uma batalha judicial que durou cinco anos. A Purity Distilling Company tentou se eximir da culpa, alegando sabotagem e responsabilizando um suposto ataque anarquista. No entanto, as investigações provaram que a empresa ignorou manutenções essenciais e sequer contratou um engenheiro para avaliar a segurança do tanque. Além disso, a pressa em produzir álcool antes da entrada em vigor da Lei Seca fez com que a empresa negligenciasse riscos evidentes.

No fim, a justiça responsabilizou a destilaria pelo desastre e determinou o pagamento de 118 mil dólares para cada família das vítimas. O caso também levou à criação de uma nova legislação exigindo que construções privadas fossem supervisionadas por engenheiros ou arquitetos.

Mais de um século depois, dizem que, em dias quentes, ainda é possível sentir um leve aroma adocicado no ar de Boston, resquício de um dos desastres industriais mais inusitados da história dos Estados Unidos.

IRPF 2025: prazo para declaração termina no final de maio

Produtor rural que atua como pessoa física precisa manter informações atualizadas do livro-caixa ou do LCDPR



O prazo para a entrega da declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2025 (referente ao exercício de 2024) termina no dia 30 de maio. Os produtores rurais que atuam como pessoa física e tiveram renda tributável acima de R\$ 33.888 no ano passado ou que obtiveram receita bruta da atividade rural acima de R\$ 169.440 devem fazer a declaração. Agricultores e pecuaristas que possuíam bens e direitos (casa, terrenos, veículos e maquinários) com valor superior a R\$ 800.000 até o final do ano passado também precisam realizar o procedimento. Quem não entregar até o prazo limite pode receber multa entre R\$ 165,74 e 20% do valor do imposto devido.

O cálculo do imposto de renda do produtor rural é apurado a partir das informações do Livro-Caixa, que contém as receitas, despesas, investimentos e demais valores que compõem a atividade desenvolvida na propriedade. Esse

documento deve ser atualizado mensalmente e todos os documentos que comprovam a veracidade dos lançamentos devem ser mantidos à disposição para eventual fiscalização. Nos casos em que o valor de receita bruta anual superar R\$ 4,8 milhões, é obrigatório o uso do Livro-Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR).

O produtor rural que mantém contrato de arrendamento ou parceria também deve ficar atento, pois o recebimento dos valores é considerado rendimento tributável (equiparado a aluguéis). Já a receita proveniente de contratos de parceria rural será tributada como rendimento da atividade rural.

Neste ano, as restituições do IRPF começam a ser pagas a partir de 30 de maio, distribuídas em cinco lotes, até 30 de setembro. Segundo a Receita Federal, mais de 46,2 milhões de declarações devem ser entregues, 7% a mais em relação 2024. Só no Paraná a expectativa é superar 3 milhões de declarações.

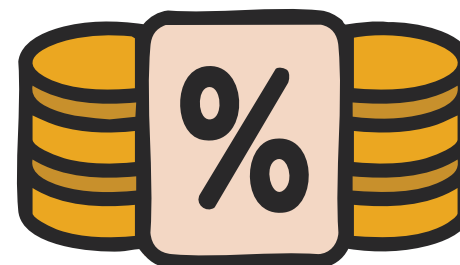
Capacitação

Para auxiliar os agricultores e pecuaristas a fazerem corretamente a declaração, os sindicatos rurais oferecem serviços de imposto de renda. Para capacitar os colaboradores dessas entidades, o Sistema FAEP promove treinamentos em dois módulos diferentes (iniciante e avançado) sobre o IRPF.

“É preciso treinar os colaboradores dos nossos sindicatos para que estejam atualizados para prestar o melhor serviço aos produtores rurais. Isso faz parte da parceria entre o Sistema FAEP e os sindicatos rurais, buscando sempre atender as necessidades dos agricultores e pecuaristas”, destaca o presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette.

Em 2025, já foram realizados dois treinamentos que totalizaram 100 participantes. Todo esse contingente retorna para suas bases de atuação com conhecimento de ponta para auxiliar os produtores rurais a declararem seus rendimentos anuais com tranquilidade e confiança.

Acesse o site sistemafaep.org.br para conferir a lista dos sindicatos rurais do Estado.



Confira o passo a passo para fazer a declaração:

- Separe a documentação que você vai precisar para a declaração (notas, contratos, livro-caixa e LCEPR);
- Baixe o Programa Gerador da Declaração (PGD) no site da Receita Federal ou procure o seu sindicato rural;
- Preencha com atenção as informações solicitadas;
- Na ficha de “Atividade Rural” insira os imóveis utilizados pelo produtor, o tipo de utilização e a participação que tem no imóvel;
- Verifique se há pendência de dados ou informações;
- Envie sua declaração preenchida para a Receita Federal pela internet;
- Lembre-se, no caso do envio de informações incorretas, é possível fazer uma “declaração retificadora”.



As mulheres do agro

A presença ativa de mulheres na agropecuária paranaense não é novidade. Se hoje a participação feminina na gestão e na tomada de decisões em propriedades e sindicatos rurais é realidade, trata-se de uma semente plantada há muitos anos pelo Sistema FAEP.

A edição 1042 da revista **Boletim Informativo**, de março de 2009, trouxe, na matéria de capa, o anúncio de que as produtoras rurais eram presença obrigatória na linha de frente da agropecuária, pilotando máquinas agrícolas e tocando lavouras, com profissionalismo, dedicação e competência.

A reportagem destacava o aumento na participação feminina nos cursos de qualificação profissional e promoção social do Sistema FAEP. Em 2004, as mulheres representavam apenas 30% dos participantes. Cinco anos depois, na data de publicação da reportagem, elas já eram 42%.

Hoje, as produtoras rurais contam com a Comissão Estadual de Mulheres da FAEP (CEMF) e comissões locais de mulheres formadas nos municípios junto aos sindicatos rurais. Desde a sua criação em 2021, a CEMF vem desempenhando um papel fundamental, incentivando a participação de mulheres na agropecuária estadual e levando a força feminina para dentro do sistema sindical. As produtoras envolvidas nas comissões investem no desenvolvimento pessoal e profissional, potencializando suas habilidades de liderança e contribuindo para a organização do setor agropecuário no Paraná.

Produtor rural tem até 30 de junho para atualizar rebanho

Cadastramento é obrigatório para quem possui qualquer espécie de animal de criação

Desde o dia 1º de maio, produtores rurais que tenham animais de qualquer espécie (de abelhas a bovinos) precisam fazer o procedimento de atualização do cadastro do rebanho, na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar). O cadastramento é obrigatório e pode ser feito de forma online ou presencial (veja opções abaixo) até 30 de junho. Quem não cumprir com o trâmite fica impedido de obter a Guia de Trânsito Animal (GTA).

Os pecuaristas devem informar à Adapar todos os animais de criação que mantêm em suas propriedades: bois, búfalos, cabras, ovelhas, suínos, cavalos, jumentos, mulas, abelhas, galinhas e peixes. Segundo o Diagnóstico Agropecuário Paranaense, publicado no ano passado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), o Paraná tem 8,3 milhões de cabeças de bovinos, 396 milhões de cabeças de frangos de corte, 7 milhões de cabeças de suínos e 1,5 bilhão de pescados de água doce, entre outras espécies.

Para fazer a atualização do rebanho pela internet, o produtor precisa realizar um cadastro no sistema da Adapar. Para isso, basta informar o CPF, criar login e senha. Em seguida, é preciso selecionar a propriedade que estiver com pendência de comprovação de rebanho, escolher a espécie e preencher os dados pedidos. O processo precisa ser feito para cada espécie que o produtor tiver em sua propriedade.

Também é possível atualizar o cadastro pelo celular, por meio do aplicativo Paraná Agro, disponível para Android



e iPhone. O passo a passo do procedimento é semelhante ao que deve ser feito pela atualização via internet.

Os produtores rurais que preferirem também podem fornecer os dados de forma presencial, em uma das unidades da Adapar, nos sindicatos rurais ou em escritórios de atendimento municipais – em prefeituras que disponham desse serviço. Basta retirar os formulários e devolvê-los preenchidos e assinados.

Substituição à vacina da aftosa

O cadastramento passou a ser obrigatório desde que o Paraná foi reconhecido internacionalmente como área livre de febre aftosa sem vacinação, pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). A atualização do rebanho é um

compromisso do Estado e uma exigência sanitária para o controle da produção pecuária, após a conquista do selo internacional.

“A conquista desse status sanitário foi o resultado de um esforço conjunto de mais de três décadas, que envolveu a iniciativa privada e o poder público. Esse reconhecimento atesta a robustez do nosso sistema sanitário e abre as portas de mercados internacionais mais sofisticados para nossa produção pecuária. Por isso, precisamos fazer a atualização do rebanho, mantendo nossa vigilância”, ressalta o presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette. “É um procedimento fácil de ser feito. Se os produtores tiverem qualquer dificuldade, podem procurar os nossos sindicatos rurais, que estão preparados para prestar orientação”, acrescenta.



Visita da EPR Litoral Pioneiro

O presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette, recebeu o presidente da EPR Litoral Pioneiro, Marcos de Oliveira Moreira, no dia 30 de abril, para tratar de questões estratégicas de infraestrutura viária no Norte do Paraná. O encontro teve como foco melhorias nas estradas que atendem os municípios de Santa Mariana, Bandeirantes e Andirá, com ênfase na mobilidade regional e no escoamento da produção agrícola. Participaram da reunião o prefeito de Santa Mariana, Marcelo Bolinha, acompanhado do secretário de Desenvolvimento Urbano, Olavo Lorena, e do secretário de Governo, Francisco Carlos. Também estiveram presentes o presidente do Sindicato Rural de Bandeirantes, Renato Rosa Domingues, e o chefe de Gabinete da Prefeitura de Bandeirantes, Bruno Castanho.

Operação de combate ao greening

A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) vai realizar, entre 12 e 16 de maio, a “Operação Big Citros”, força-tarefa voltada à erradicação de plantas hospedeiras do greening, doença que ameaça a citricultura paranaense. A ação abrangerá os municípios de Nova Santa Bárbara, Nova América da Colina, Nova Fátima, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Santa Cecília do Pavão, Assaí, Uraí, Santa Mariana, Santa Amélia, Ribeirão do Pinhal, Congonhinhas, Jataizinho, Tamarana, Rancho Alegre, Bandeirantes e Santo Antônio do Paraíso. Durante a operação, também será realizada a atualização cadastral das unidades comerciais de produção de citros no Sistema de Defesa Sanitária Vegetal (SDSV) da Adapar.



Reunião com Ipardes

Em 30 de abril, o presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Jorge Callado, esteve no Sistema FAEP para uma reunião sobre a produção de dados e estudos estratégicos para o agronegócio paranaense. Durante o encontro, Callado entregou ao presidente interino, Ágide Eduardo Meneguette, a publicação “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Estado do Paraná”, que oferece um panorama detalhado sobre os desafios e potencialidades do território paranaense. Em retribuição, Meneguette presenteou o presidente do Ipardes com o segundo volume do livro “Manejo e Conservação de Solo e Água”, resultado de cinco anos de pesquisas nas principais regiões produtoras do Estado, realizado em parceria entre o Sistema FAEP e o governo do Paraná.



Diálogo com as Forças Armadas

No dia 30 de abril, o presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette, recebeu a visita institucional do comandante da 5ª Divisão do Exército, general Nigri, para discutir ações de aproximação entre instituições. O encontro reforçou o compromisso com a cooperação institucional e o fortalecimento de parcerias em áreas estratégicas para o Paraná, como segurança, logística e apoio ao setor agropecuário. O diálogo com as Forças Armadas amplia as possibilidades de atuação conjunta em pautas que impactam diretamente o meio rural e o desenvolvimento do Estado.

Prêmio Queijos do Paraná bate recorde de inscritos

Em sua segunda edição, iniciativa registrou 515 derivados lácteos de 76 municípios do Paraná. Avaliação e premiação ocorrem em 29 e 30 de maio



A segunda edição do Prêmio Queijos do Paraná já começou quebrando o recorde de participações. Foram inscritos 515 produtos, de 76 municípios paranaenses, superando os números da edição de estreia, que teve 290 queijos avaliados. Além disso, 42 produtos foram inscritos para o Concurso Excelência em Muçarela – Edição Pizza, que também faz parte da iniciativa. O julgamento e a premiação serão realizados em 29 e 30 de maio, no Museu Oscar Niemeyer (MON), em Curitiba. O evento contará com uma programação aberta ao público, incluindo minicursos e palestras.

Realizado por um comitê-gestor formado pelo Sistema FAEP, Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), Sebrae-PR, Sistema Fecomércio-PR e Sindileite-PR, o Prêmio Queijos do Paraná conta com 21 categorias, de acordo com o tipo de queijo e de leite utilizado (de vaca, cabra, ovelha ou búfala), além de criações especiais. Esta edição também traz o Concurso Excelência em Muçarela – Edição Pizza, voltado a eleger o melhor queijo para esta aplicação gastronômica.

A proposta é dar visibilidade aos queijos produzidos no Paraná, colocando-os em posição de destaque. Ao criar essa vitrine, a iniciativa valoriza os derivados lácteos e também impulsiona uma importante atividade da economia paranaense. O Paraná é o segundo maior produtor de leite do Brasil, com produção diária média de 12 milhões de litros. Além da força econômica da atividade, o leite tem um papel econômico e social importante, uma vez que sua produção está presente nos 399 municípios do Estado.

“O Paraná produz queijos de excelência, muitos dos quais já foram premiados até internacionalmente. Apesar disso, parte do mercado consumidor ainda não conhece o que produzimos. Com o Prêmio Queijos do Paraná, criamos um espaço de destaque para que nossos produtos sejam reconhecidos cada vez mais”, destaca o presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette.

A categoria com mais concorrentes é a “Especialidades queijeiras e criações”, que teve 114 inscritos. Outros 76 pro-

dutores vão participar na categoria voltada a queijos do tipo colonial, minas padrão, meia cura e similares, e 71 na categoria destinadas a produtos como queijo prato, gouda e appenzeller. Os demais 254 participantes se dividem entre outras 15 categorias. Três categorias não tiveram inscrições. No total, 107 queijeiros ou laticínios registraram produtos para participar do prêmio.

A partir de agora, as inscrições serão analisadas pela equipe técnica do prêmio, com o objetivo de verificar se obedecem às especificações do regulamento, como a obrigatoriedade de a queijaria estar regularizada. Após essa avaliação, os produtos serão efetivamente habilitados a participar do concurso. Posteriormente, os queijos serão avaliados por um corpo de jurados formados em cursos ofertados pelo Prêmio Queijos do Paraná. Os participantes serão julgados a partir de critérios técnicos e sensoriais, conforme as especificações do regulamento.

Os derivados que obtiverem pontuação superior a 18 (em um total possível de 20), receberão medalha de ouro. Os que fizerem entre 16 e 18 pontos, ganham medalha de prata. Por fim, os que tiverem entre 14 e 16 pontos levam o bronze. Serão premiadas até 30 medalhas de bronze, até 20 medalhas de prata e até 15 medalhas de ouro.

Além disso, os medalhistas de ouro participam de uma nova avaliação. Os dez melhores receberão medalha super ouro. Os jurados vão escolher, ainda, o melhor queijo desta edição.

Programação conta com minicursos e palestras

Além da avaliação e premiação, o evento vai contar com uma ampla programação, voltada a especialistas e ao público em geral. Serão nove minicursos (cinco no dia 29 e quatro no dia 30 de maio), voltados a pratos que têm queijos como ingrediente principal. Também haverá oito palestras e quatro painéis sobre temas variados, que contemplam desde aspectos técnicos do setor lácteo até inovações queijeiras, passando por empreendedorismo e estratégias de divulgação. As inscrições estão abertas no site sistemafaep.org.br/premio-queijos-do-parana.

Concurso Excelência em Muçarela

Novidade nesta edição, o Concurso Excelência em Muçarela – Edição Pizza será realizado no dia 29 de maio. O objetivo da iniciativa é eleger e premiar as melhores muçarelas de pizza, a partir de características como derretimento, elasticidade e fatiabilidade. Os produtos também serão julgados a partir de critérios sensoriais.

Para realizar a avaliação no Concurso Excelência em Muçarela, na primeira quinzena de abril, um grupo formado por agentes de mercado, pesquisadores e profissionais da área alimentícia participou da formação para atuar como jurados. A formação de três dias aconteceu na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), instituição parceira da iniciativa.



LUIZIANA

MIP NA SOJA

Em 11 de abril, 14 produtores concluíram o curso, promovido pelo Sindicato Rural de Campo Mourão em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), com orientação da instrutora Lays de Moraes Rodrigues.



ALTAMIRA DO PARANÁ

TRATORES AGRÍCOLAS

Na turma finalizada em 14 de março de 2025, o instrutor Claudio José Zunta treinou nove participantes. O curso foi viabilizado pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa.



ANDIRÁ

TRABALHO EM ALTURA

Tendo a Cooperativa Agroindustrial como parceira, nove participantes foram capacitados pelo instrutor José Aparecido dos Santos, nos dias 24 e 25 de março.



CIANORTE

ARTESANATO EM BAMBU

Neste curso com a instrutora Cleide Ferreira de Mattos, nos dias 1º e 2 de abril, 12 participantes foram treinados.



REALEZA

AGRO DIGITAL

Onze participantes foram capacitados pelo instrutor Reinaldo Galvão, entre 17 e 28 de março.



CAMPINA DA LAGOA

AGRICULTURA DE PRECISÃO

O curso realizado nos dias 18 e 19 de março capacitou 11 participantes pelo instrutor Mauro Moreira dos Santos.



NOVA CANTU

GELEIAS E DOCES

A instrutora Geni Rossato Bach capacitou 12 participantes, nos dias 2 e 3 de abril.



MARINGÁ

ALIMENTOS DERIVADOS DE MANDIOCA

O instrutor Frederico Leonnel Mahnic capacitou 12 participantes nos dias 4 e 5 de abril.



CHOPINZINHO

PREPARO DE RISOTOS

Nessa segunda turma, 12 participantes foram instruídos pela instrutora Veralice Werle Molossi, nos dias 18 e 19 de março.



PALOTINA

ALIMENTOS SEM GLÚTEN E LACTOSE

Encerrado em 25 de março, 12 participantes foram treinados pela instrutora Silvia Lucia Neves.



CAMPINA DA LAGOA

PÁ CARREGADORA

Entre 7 a 11 de abril, nove participantes realizaram o curso com o instrutor Bruno Bove Vieira.



CIANORTE

AGRO DIGITAL

O instrutor Reinaldo Galvão repassou seu conhecimento para 11 participantes, de 09 a 15 de abril de 2025.



COLOMBO

RECEITAS COM PESCADO

Finalizado em 15 de abril, oito participantes foram capacitados pelo instrutor Frederico Leonnel Mahnic.



CRUZEIRO DO OESTE

EXCEL BÁSICO

No curso concluído em 17 de abril, 12 pessoas receberam treinamento do instrutor Reinaldo Galvão.



ALTÔNIA

TURISMO RURAL

Realizado em 24 de abril, foram capacitados 14 participantes pela instrutora Elaine Angélica Gasparello.



ANDIRÁ

ESPAÇO CONFINADO

O curso foi realizado de 14 a 16 de abril, pelo instrutor Claudio Ribeiro Lessa, para dez participantes.



UBIATÁ

ALIMENTOS DERIVADOS DE MILHO

Doze participantes foram capacitados nos dias 22 e 23 de abril, pela instrutora Silvia Lucia Neves.



MAUÁ DA SERRA

OPERADOR DE EMPILHADEIRA

Finalizado em 30 de abril, onze participantes foram treinados pelo instrutor Adriano Vessoni Domingues.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Confira o balanço de 2024 do Fundepec-PR

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ - FUNDEPEC/PR										
CNPJ 01.495.847/0001-57										
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO										
Valores em reais										
ATIVO	Nota Explic.	2024	2023	2022	PASSIVO	Nota Explic.	2024	2023	2022	
Circulante		108.638.148,33	100.284.935,57	91.203.533,00	Circulante		35.949,59	34.879,72	39.486,96	
Caixa e Equivalentes de Caixa		311,52	352,47	313,38	Obrigações Fiscais	5	35.949,59	34.879,72	39.486,96	
Aplicações Financeiras	4	108.637.836,81	100.284.583,10	91.203.219,62	Patrimônio Líquido	7	108.602.198,74	100.250.055,85	91.164.046,02	
					Patrimônio Social		100.250.055,85	91.164.046,02	83.190.136,62	
					Superávit do Exercício		8.352.142,89	9.086.009,83	7.973.909,40	
TOTAL DO ATIVO		108.638.148,33	100.284.935,57	91.203.533,00	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		108.638.148,33	100.284.935,57	91.203.533,00	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO										
Valores em reais										
	Nota Explic.	2024	2023	2022						
RECEITAS										
Receitas Financeiras	6	10.490.646,42	11.423.716,16	10.021.493,38						
Total das Receitas		10.490.646,42	11.423.716,16	10.021.493,38						
DESPESAS										
Despesas Financeiras/Tributárias	6	2.138.503,53	2.337.706,33	2.047.583,96						
Total das Despesas		2.138.503,53	2.337.706,33	2.047.583,96						
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		8.352.142,89	9.086.009,83	7.973.909,40						
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO										
Valores em reais										
		2024	2023	2022						
Superávit do exercício		8.352.142,89	9.086.009,83	7.973.909,40						
Outros resultados abrangentes		0,00	0,00	0,00						
Total dos resultados abrangentes		8.352.142,89	9.086.009,83	7.973.909,40						
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO										
Valores em reais										
		Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total Patrimônio Líquido						
Em 31 de Dezembro de 2021		80.458.209,82	2.731.926,80	83.190.136,62						
Incorporação do Superávit pelo Patrimônio Social		2.731.926,80	(2.731.926,80)	0,00						
Superávit do Exercício		0,00	7.973.909,40	7.973.909,40						
Em 31 de Dezembro de 2022		83.190.136,62	7.973.909,40	91.164.046,02						
Incorporação do Superávit pelo Patrimônio Social		7.973.909,40	(7.973.909,40)	0,00						
Superávit do Exercício		0,00	9.086.009,83	9.086.009,83						
Em 31 de Dezembro de 2023		91.164.046,02	9.086.009,83	100.250.055,85						
Incorporação do Superávit pelo Patrimônio Social		9.086.009,83	(9.086.009,83)	0,00						
Superávit do Exercício		0,00	8.352.142,89	8.352.142,89						
Em 31 de Dezembro de 2024		100.250.055,85	8.352.142,89	108.602.198,74						
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO										
Valores em reais										
		2024	2023	2022						
Atividades Operacionais		8.352.142,89	9.086.009,83	7.973.909,40						
Superávit do Exercício										
Variações nos Ativos e Passivos										
Aumento/Redução/Aumento em Obrigações Fiscais		1.069,87	(4.607,26)	14.644,67						
		1.069,87	(4.607,26)	14.644,67						
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		8.353.212,76	9.081.402,57	7.988.554,07						
Aumento Líquido no Caixa e Equivalente de Caixa		8.353.212,76	9.081.402,57	7.988.554,07						
Saldo de Caixa e equivalente de caixa no início do período		100.284.935,57	91.203.533,00	83.214.978,93						
Saldo de Caixa e equivalente de caixa no final do período		108.638.148,33	100.284.935,57	91.203.533,00						
		8.353.212,76	9.081.402,57	7.988.554,07						
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024										
1. CONTEXTO OPERACIONAL										
O Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná - FUNDEPEC-PR, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Curitiba e jurisdição em todo o território paranaense é uma sociedade sem fins lucrativos e duração por tempo indeterminado, constituída por entidades, órgãos de classe e instituições ligadas à agropecuária e à agroindústria.										
2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS										
O FUNDEPEC-PR está escriturado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba/PR, sob o número 7.233, do livro A número 4, em 15 de março de 1996.										
O FUNDEPEC-PR tem por finalidade atender as necessidades da agropecuária e agroindústria paranaense, visando estudar e coordenar assuntos de interesse dos setores, inspirando-se na solidariedade social, na livre iniciativa, no direito da propriedade, na economia de mercado e nos interesses do país. Seus objetivos estão descritos no artigo 4º de seu estatuto.										
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS										
As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:										
a) Base para preparação										
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas considerando o custo histórico.										
b) Caixa e equivalentes de caixa										
Representa saldo bancário mantido em instituições financeiras no país, com funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil.										
c) Aplicações financeiras										
As aplicações financeiras são demonstradas pelo custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do fechamento do balanço, e líquido de imposto de renda retido na fonte.										
d) Tributação										
O FUNDEPEC-PR, considerado entidade sem fins lucrativos, sem caráter empresarial, pela legislação tributária brasileira, goza de isenção do Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais tributos federais sobre o superávit apurado, com base no art. 15º da Lei 9.532/97 e art. 184º do RIR/18.										
O FUNDEPEC-PR, pessoa jurídica submetida ao regime de apuração não-cumulativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, recebe mensalmente o percentual de 4% sobre sua receita com aplicações financeiras, atendendo ao disposto no artigo 1º do Decreto Nº 8426/2015.										
e) Apuração do superávit do exercício										
O procedimento adotado pelo FUNDEPEC-PR para a apuração do Superávit do exercício social é o regime de competência.										
f) Demonstração dos fluxos de caixa										
As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.										
4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS										
Modalidade de Aplicação		2024	2023	2022						
BB - Renda Fixa DI Vip		R\$ 61.205.664,73	R\$ 56.585.547,60	R\$ 51.576.271,78						
BB - Renda Fixa CP Corpor Agil		R\$ 31.780.319,72	R\$ 29.332.863,32	R\$ 26.657.658,74						
CEF - FIC Sigma Ref DI		R\$ 15.651.852,36	R\$ 14.366.172,18	R\$ 12.969.289,10						
Total		R\$ 108.637.836,81	R\$ 100.284.583,10	R\$ 91.203.219,62						
5. OBRIGAÇÕES FISCAIS										
O saldo apresentado no balanço patrimonial refere-se a provisão para recolhimento de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre a receita com aplicação financeira em dezembro de 2024.										
6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO										
As receitas e encargos provenientes de rendimentos de aplicações financeiras estão assim discriminados:										
		2024	2023	2022						
Rendimento Bruto		R\$ 10.490.646,42	R\$ 11.423.716,16	R\$ 10.021.493,38						
Imposto de Renda sobre Rendimentos		(R\$ 1.718.877,71)	(R\$ 1.880.757,68)	(R\$ 1.646.724,22)						
COFINS sobre Rendimentos		(R\$ 419.625,82)	(R\$ 456.948,65)	(R\$ 400.859,76)						
Rendimento Líquido		R\$ 8.352.142,89	R\$ 9.086.009,83	R\$ 7.973.909,40						
7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Representa o patrimônio líquido do FUNDEPEC-PR no final dos exercícios.										
Em 31 de dezembro de 2024, considerada a transferência do superávit do exercício para o Patrimônio Social, o saldo desta conta é R\$ 108.602.198,74 (R\$ 100.250.055,85 em 2023 e R\$ 91.164.046,02 em 2022).										
8. EVENTOS FUTUROS										
Em 31 de dezembro de 2024, e até a data do fechamento deste relatório, não havia operações, contingências e eventos subsequentes sobre os quais houvesse a necessidade de evidenciar fatos ou quantificar os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis futuras.										
Agide Eduardo Meneguette Presidente do Conselho Deliberativo										
Ronei Volpi Diretor Executivo										
Simone Maria Schmidt Contadora-CRC nº PR 045.388/O-8										

VIA RÁPIDA

2x



Ponto mais alto do Paraná

Com 1.877 metros, o Pico Paraná é o ponto mais alto do Estado. Mais que isso, é o mais alto do Sul do Brasil. O monte foi descoberto por Reinhard Maack, em julho de 1941.



Tabuada do dois no milho

A quantidade de fileiras de milho que formam uma espiga não é aleatória. O número é sempre par e, geralmente, soma 16. Quem mais vai contar as fileiras de milhos da próxima vez que saborear uma espiga?



É ou não é chocolate?

Apesar do nome, o chocolate branco contém apenas um componente real do chocolate: a manteiga do cacau. O alimento é composto por uma mistura de açúcar, laticínios, baunilha e lecitina. O cacau, por sua vez, fica fora da receita.



Primeira de muitas

A primeira capitania hereditária do Brasil foi Fernando de Noronha. As ilhas foram descobertas por Gonçalo Coelho em 1503. No ano seguinte, D. Manuel I estabeleceu a divisão da colônia brasileira em capitanias hereditárias e, então, doou o arquipélago a Fernão de Noronha, navegador e comerciante de Pau-Brasil.



Remédio amargo

No século XVII, algumas pessoas acreditavam que o café tinha propriedades medicinais e poderia curar tudo, desde a indigestão até a depressão. Hoje, sabemos que a bebida tem alguns benefícios para a saúde, mas não é exatamente uma poção mágica.

Qual o queijo que mais sente dor?

Confira a resposta no final da página.



Para todas as mães

A troca que ocorre entre os bebês e as mães durante o momento da amamentação é capaz de criar milhares de novas conexões. Esse processo resulta em alterações constantes no cérebro, deixando-o motivado, altamente atento e extremamente protetor.

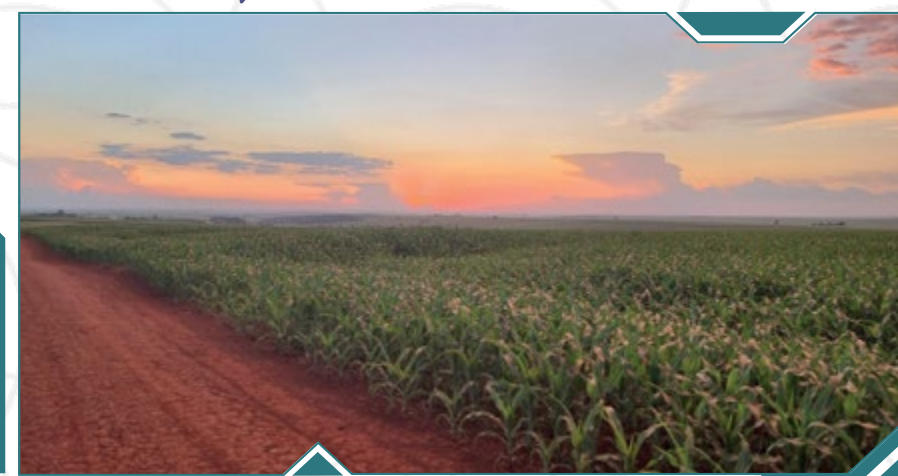


Capital Ecológica

Curitiba é considerada a Capital Ecológica do Brasil. Segundo pesquisas, a cidade também é a mais sustentável ambientalmente da América Latina.

FOTO DO CLIMA

Quer ver sua foto do clima publicada no Boletim? É fácil! Basta entrar na seção **Clima**, do site sistemafaep.org.br ou pelo **app** do Sistema FAEP.



Lisandra - Juranda, PR

5º Encontro Regional de Líderes Rurais 2025

Reserve sua agenda

10/06 Maringá

11/06 Londrina

12/06 Jacarezinho

17/06 Tapejara

18/06 Campo Mourão

01/07 Marechal C. Rondon

02/07 Pato Branco

03/07 Guarapuava

08/07 Prudentópolis

09/07 Tibagi

10/07 Araucária

Para mais informações, procure
o **Sindicato Rural** da sua região

SISTEMA FAEP



Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP nas redes sociais



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

**EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS**



- | | |
|--|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não Procurado |
| ☐ Endereço Insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ Informação dada pelo
porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____

Em ____/____/____

Responsável